



Grupo Caixa Geral de Depósitos

CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fundo Especial de Investimento Aberto

RELATÓRIO & CONTAS

2007

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO | 2 |
| 1. ECONOMIA INTERNACIONAL | 2 |
| 2. MERCADO DE CAPITAIS | 8 |
| A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL | 10 |
| RELATÓRIO DE GESTÃO | 11 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 13 |

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

1. ECONOMIA INTERNACIONAL

Conjuntura Internacional

O enquadramento económico internacional caracterizou-se, na primeira metade de 2007, pela manutenção das tendências observadas em 2006, nomeadamente por um crescimento robusto da actividade económica e comércio mundiais, num contexto de políticas monetárias menos acomodáticas e de condições globalmente favoráveis nos mercados financeiros. A partir de meados do ano, este quadro alterou-se de forma significativa, na sequência da crise do crédito subprime nos Estados Unidos, que se traduziu numa forte deterioração da confiança dos investidores, escassez de liquidez nos mercados monetário e de crédito e conseqüente aumento dos spreads praticados, factores que condicionaram a condução da política monetária nas principais economias do Globo.

Indicadores Económicos

| | Taxas de variação (em %) | | | | | |
|----------------------------|--------------------------|-------------|------------|------------|--------------------|------------|
| | PIB | | Inflação | | Taxa de Desemprego | |
| | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 |
| União Europeia (25) | 2,9 | 2,9 | 2,2 | 2,3 | 7,6 | 6,8 |
| Área do Euro | 2,6 | 2,7 | 2,2 | 2,1 | 7,8 | 7,2 |
| Alemanha | 2,9 | 2,5 | 1,8 | 2,3 | 9,0 | 7,8 |
| França | 2,0 | 1,9 | 1,9 | 1,6 | 8,8 | 7,8 |
| Reino Unido | 2,8 | 3,1 | 2,3 | 2,3 | 5,4 | 5,3 |
| Espanha | 3,9 | 3,8 | 3,6 | 2,8 | 8,2 | 8,6 |
| Itália | 1,9 | 1,9 | 2,2 | 2,0 | 6,5 | 5,9 |
| EUA | 2,9 | 2,2 | 3,2 | 2,8 | 4,5 | 5,0 |
| Japão | 2,2 | 1,9 | 0,2 | 0,0 | 4,1 | 3,8 |
| Rússia | 6,7 | 7,0 | 9,0 | 8,0 | | |
| China | 11,1 | 11,2 | 2,0 | 5,7 | | |
| Índia | 9,7 | 8,9 | 6,7 | 4,9 | | |
| Brasil | 3,7 | 4,4 | 3,1 | 4,0 | | |

Fonte: Comissão Europeia - Previsões Económicas do Outono 2007; Eurostat; OCDE - Economic Outlook - Novembro 2007.

Em termos globais, apesar da crise mencionada, o ritmo da actividade mundial manteve-se elevado em 2007, tendo o PIB expandido a uma taxa de 4,9%, embora em desaceleração face ao observado em 2006 (5,4%). Esta evolução foi sustentada pelo dinamismo das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, em particular da China, Índia e Rússia, com taxas de crescimento do PIB de respectivamente, 11,2%, 8,9% e 7%, mas também das economias do Médio Oriente e de algumas economias africanas. Em contraste, o crescimento do PIB das economias mais avançadas registou na

generalidade um abrandamento, reflectindo sobretudo a desaceleração da actividade nos Estados Unidos e, em menor grau, na área do Euro e no Japão.

Nos Estados Unidos, a evolução da actividade económica continuou a ser condicionada pela queda do investimento residencial, num quadro de deterioração crescente do mercado habitacional e de dificuldades no mercado hipotecário. O crescimento reduziu-se significativamente de 2,9% em 2006 para 2,2% em 2007, reflectindo uma queda do investimento total determinada pela componente residencial e um crescimento do consumo privado próximo do registado em 2006.

Face à esta tendência de desaceleração e com o objectivo de mitigar os efeitos adversos do aperto das condições de crédito no mercado de habitação e no crescimento da economia em geral, a Reserva Federal dos EUA reduziu, no último trimestre de 2007, a taxa de referência dos fed funds por três vezes, totalizando uma descida de 100 p.b., de 5,25% para 4,25%. Já em 22 e 30 de Janeiro de 2008, procedeu a novos cortes daquela taxa de 75 p.b. e 50 p.b., respectivamente, fixando-a em 3%. Os bancos centrais de outras economias importantes, por sua vez, adoptaram também medidas, muitas delas concertadas, no sentido de assegurar o normal funcionamento dos respectivos mercados monetários, destacando-se as fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do Banco Central Europeu para restringir os efeitos da instabilidade e evitar uma maior subida das taxas Euribor.

Também o ano de 2007 ficou marcado pela persistência de níveis elevados dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, para o que contribuiu a manutenção de uma forte procura mundial originada pelo elevado ritmo de crescimento da actividade em algumas economias, designadamente de mercado emergentes e em desenvolvimento. No caso do petróleo, os preços atingiram máximos históricos, com o preço médio mensal do barril do brent (spot) a atingir USD 91 em Dezembro de 2007 (USD 62,32 em Dezembro de 2006). Em termos médios anuais, em 2007 o preço do barril do brent aumentou 11% face ao valor médio de 2006. Contudo, quando avaliado em euros, a subida foi de apenas 2% devido à valorização do euro em relação ao dólar americano ao longo do ano. Igualmente, o aumento significativo dos preços das matérias-primas alimentares em 2007 reflectiu a procura acrescida deste tipo de produtos.

Nos mercados accionistas, apesar da situação de instabilidade financeira, expressa no aumento da volatilidade, os principais índices bolsistas mostraram valorizações no conjunto do ano, com destaque para os índices americanos Dow Jones, Nasdaq e S&P500 que registaram subidas de 6,6%, 9,8% e 3,5%, respectivamente e, na Europa, os índices DAX, IBEX 35 e PSI-20 que se valorizaram em 22,3%, 7,3% e 16,3%, respectivamente.

Conjuntura Europeia

Nos países membros da União Europeia e da área do Euro, a actividade económica em 2007 cresceu 2,9% e 2,7%, respectivamente, contra as taxas de 3% e 2,8% registadas em 2006.

Contudo, a economia europeia mostrou um comportamento diferenciado ao longo de 2007. Na primeira metade do ano, a actividade económica cresceu a um ritmo semelhante ao registado no conjunto de 2006, suportado pela expansão da procura interna, a qual, apesar da desaceleração verificada no consumo privado, beneficiou do elevado dinamismo do investimento. Na segunda metade de 2007 verificou-se uma ligeira desaceleração do ritmo de expansão, reflectindo as perturbações observadas nos mercados financeiros que deram origem a condições de financiamento mais restritivas e a uma maior incerteza.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área do Euro

(em %)

| | União Europeia | | Área do Euro | |
|--|----------------|------------|--------------|------------|
| | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 |
| Taxas de variação (em %) | | | | |
| Produto Interno Bruto (PIB) | 3,0 | 2,9 | 2,8 | 2,7 |
| Consumo privado | 2,2 | 2,3 | 1,8 | 1,7 |
| Consumo público | 2,0 | 2,0 | 1,9 | 2,0 |
| FBCF | 5,9 | 5,6 | 4,8 | 4,7 |
| Procura Interna | 3,0 | 3,0 | 2,6 | 2,5 |
| Exportações | 8,7 | 6,3 | 7,8 | 5,8 |
| Importações | 8,7 | 6,3 | 7,5 | 5,3 |
| Taxa de Inflação (IHPC) | 2,2 | 2,3 | 2,2 | 2,1 |
| Rácios | | | | |
| Taxa de desemprego | 7,6 | 6,8 | 7,8 | 7,2 |
| Saldo do Sector Públ. Adm. (em % do PIB) | -1,6 | -1,1 | -1,5 | -0,8 |

Fonte: Comissão Europeia, Previsões Económicas do Outono 2007; Eurostat.

A Espanha e a Alemanha apresentaram taxas de crescimento elevadas (3,8% e 2,5%, respectivamente), enquanto nas economias francesa e italiana, a actividade continuou a apresentar um ritmo de crescimento mais fraco (1,9%) e, em contraste, no Reino Unido a actividade acelerou de 2,8% para 3,1%, em 2007. O crescimento da actividade nestas economias assentou em especial na procura interna, com excepção da Alemanha, onde o contributo das exportações líquidas foi superior ao da procura interna, reflectindo a desaceleração do consumo privado resultante do impacto do aumento da tributação indirecta na Alemanha (agravamento da taxa do IVA de 16% para 19% a partir de 1 de Janeiro de 2007).

O BCE voltou a aumentar as taxas de juro de referência em 25 p.b. por duas vezes, em Março e em Junho, para 4%, tendo em conta as fortes pressões inflacionistas, no quadro da elevada expansão do crédito e da moeda, com riscos para o objectivo de estabilização de preços a médio prazo. Em Agosto e Setembro, no contexto da turbulência dos mercados financeiros, o BCE, à semelhança de outros bancos centrais, realizou um conjunto de operações de cedência de fundos no mercado monetário, de forma a assegurar o seu funcionamento regular. Estas medidas contribuíram para alguma normalização das condições de liquidez nos prazos muito curtos, verificando-se, no entanto, aumentos acentuados das taxas de juro dos mercados monetários para os prazos superiores a 1 mês. As taxas de juro bancárias relativas a saldos das operações activas têm aumentado em linha com as taxas de juro do mercado monetário, embora com o habitual desfasamento temporal.

A taxa média de inflação (medida pelo IHPC – Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor) foi, em 2007, de 2,3% no espaço da União Europeia e de 2,1% na área do Euro, contra 2,2% em 2006.

A taxa de desemprego observou uma significativa redução de 7,6% para 6,8% na União Europeia e de 7,8% para 7,2% na área do Euro, beneficiando da evolução favorável da actividade económica e da situação nos mercados de trabalho.

O bom desempenho da actividade económica proporcionou também progressos na área das finanças públicas, com a redução do défice orçamental na UE de 1,6% do PIB em 2006 para 1,1% em 2007 e, na área do Euro, de 1,5% para 0,8%, o que representa o nível mais baixo atingido desde há muitos anos.

Conjuntura Nacional

A economia portuguesa registou em 2007 um crescimento real do Produto Interno Bruto de 1,9%, valor que reforça a recuperação já verificada no ano anterior (1,2%), estimando-se que para 2008 alcance um valor de 2,2%. Este crescimento, que se encontra ainda abaixo da média da União Europeia, assentou principalmente nos bons desempenhos da exportação de bens e serviços e do investimento das empresas, condicionado embora, por factores tanto externos como internos. Entre os primeiros, há que referir a crescente integração de economias emergentes no comércio mundial, as subidas nas taxas de juro, sobretudo no 1º semestre do ano, o aumento do preço do petróleo e a progressiva apreciação do euro. A estes condicionalismos juntou-se a turbulência nos mercados financeiros internacionais, gerada pela crise no mercado hipotecário nos Estados Unidos (*subprime*), cujos efeitos futuros sobre a economia real não estão totalmente identificados. Em paralelo, continuou a verificar-se a correcção de alguns dos desequilíbrios da economia portuguesa, sobretudo no âmbito do processo de ajustamento das contas públicas.

Indicadores da Economia Portuguesa

| | (em %) | | |
|--|--------|------|---------|
| | 2005 | 2006 | 2007 |
| PIB (Taxas de variação real) | 0,4 | 1,2 | 1,9 |
| Consumo Privado | 1,7 | 1,2 | 1,2 |
| Consumo Público | 1,9 | -0,2 | 0,0 |
| FBCF | -2,6 | -3,1 | 2,6 |
| Procura Interna | 0,6 | 0,1 | 1,2 |
| Exportações | 1,0 | 9,3 | 7,0 |
| Importações | 1,6 | 4,3 | 4,1 |
| Taxa de Inflação (IPC) | 2,3 | 3,1 | 2,5 |
| Rácios | | | |
| Taxa de Desemprego (1) | 7,6 | 7,7 | (2) 8,0 |
| Balança Corrente e Balança de Capital (em % do PIB) | -8,1 | -7,6 | -8,2 |
| Défice do SPA (em % do PIB) | -6,0 | -3,9 | -2,9 |
| Dívida Pública (em % do PIB) | 64,0 | 67,4 | 64,4 |

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico/Outono 2007 e Boletim Económico/Inverno 2007; INE.

(1) Valor médio anual.

(2) (1º trimestre 2007 = 8,4%; 2º trimestre 2007 = 7,9%; 3º trimestre 2007 = 7,9%).

A procura interna registou uma evolução positiva, favorecida, em especial, pelo crescimento do investimento, mantendo o consumo privado a taxa de variação verificada em 2006, o que reflectiu o elevado nível de endividamento das famílias e a subida significativa das taxas de juro, na primeira metade do ano.

O investimento (FBCF), sobretudo o da vertente empresarial, apresentou um crescimento de 2,6%, após as sucessivas variações negativas desde 2002 (com excepção para o ano de 2004, com +0,2%), evolução que acompanhou a melhoria dos níveis de confiança dos investidores, em particular na

indústria transformadora, bem como o crescimento nos índices de novas encomendas à indústria, particularmente de bens de investimento.

No tocante à procura externa, a recuperação registada pelas exportações, que progrediram cerca de 7%, foi apoiada pelo maior dinamismo das economias da União Europeia, espaço que recebeu em 2007 cerca de 77% das exportações portuguesas. As importações, por seu turno, aumentaram a um ritmo inferior (cerca de 4,1%), beneficiando o saldo da balança comercial. Apesar desta evolução, considerando o saldo das balanças corrente e de capital e respectivo peso no PIB, o mesmo terá registado um ligeiro agravamento de -7,6% para -8,2% em 2007, com efeitos negativos no financiamento global da economia.

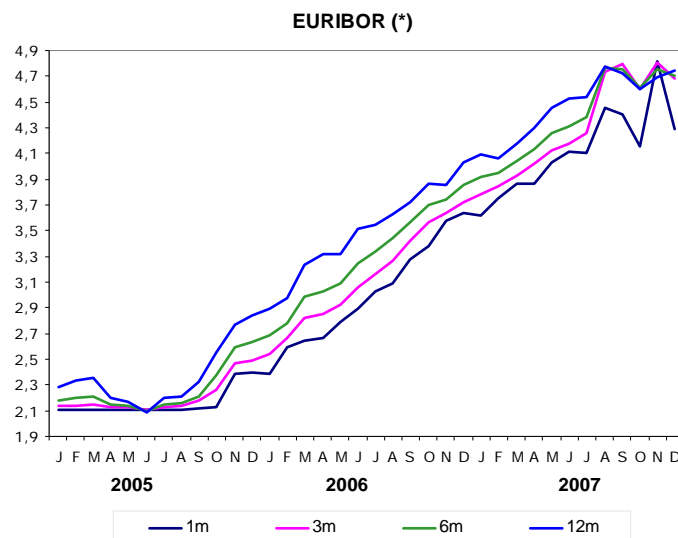
A taxa de inflação (IPC - Índice de Preços no Consumidor) observou, em média anual, um crescimento de 2,5%, abaixo do valor registado no ano transacto (3%), movimento que reflecte uma desaceleração, face ao ano anterior, sobretudo motivada pelos preços dos bens energéticos.

No mercado de trabalho, verificou-se um aumento da taxa de desemprego que atingiu os 8% no final do ano, apesar da recuperação ainda que moderada da economia, facto associado, em boa parte, à reestruturação do tecido produtivo com consequências no agravamento do desemprego de longa duração.

No âmbito das finanças públicas, o Governo continuou a prestar a maior atenção às medidas de contenção da despesa, tendo-se alcançado o objectivo de redução do défice do sector público em relação ao PIB, de 3,9% para 2,9%, abaixo do valor previsto (3%), garantindo assim uma progressiva e gradual consolidação das contas públicas que deverá conduzir aos resultados pretendidos pelo Programa de Estabilidade e Crescimento.

Taxas de Juro

Em 2007, o Banco Central Europeu efectuou duas alterações na sua taxa directora (0,25 p.b. em Março e 0,25p.b. em Junho), no âmbito da sua política de controlo da inflação, com vista à estabilidade dos preços na área do Euro e num contexto de elevada expansão do crédito e da moeda. No segundo semestre do ano, na sequência da instabilidade nos mercados financeiros provocado pela crise do crédito *subprime* nos EUA, o BCE efectuou volumosas cedências de liquidez ao sistema bancário e, em consequência desta situação, as taxas do mercado monetário intensificaram o seu movimento ascensional, terminando o ano nos 3,92% (*Overnight*), enquanto a Euribor a 12 meses atingiu os 4,74%.



No sector bancário e de acordo com a informação estatística divulgada pelo Banco de Portugal, as taxas de juro médias sobre saldos de operações activas e passivas subiram de novo, prosseguindo, tendência iniciada em 2005 para a generalidade dos segmentos. A taxa de juro para os novos empréstimos a Empresas (“Sociedades não Financeiras”) até 1 ano atingiu os 5,72% em Dezembro, contra 5,03% em Dezembro, enquanto no Crédito à habitação se elevou de 4,4% para 5,18%, no final de Dezembro. Nos Depósitos a prazo e de poupança as taxas de juro (com prazo acordado, até 2 anos) progrediram nas Sociedades de 3,66% para 4,75% e nos Particulares de 2,43% para 3,23%.

Taxas de Juro (1)

| | 2005 Dez. | 2006 Dez. | 2007 (%) | | | |
|--|--------------|--------------|----------|------|------|------|
| | | | Mar. | Jun. | Set. | Dez. |
| Taxa dos FED Funds | 4,25 | 5,25 | 5,25 | 5,25 | 4,75 | 4,25 |
| Taxa Directora do BCE | 2,25 | 3,50 | 3,75 | 4,00 | 4,00 | 4,00 |
| Euribor | | | | | | |
| Overnight | 2,42 | 3,69 | 3,90 | 4,14 | 4,16 | 3,92 |
| 1 mês | 2,40 | 3,63 | 3,86 | 4,12 | 4,41 | 4,29 |
| 3 meses | 2,49 | 3,73 | 3,92 | 4,18 | 4,79 | 4,69 |
| 6 meses | 2,64 | 3,85 | 4,04 | 4,32 | 4,76 | 4,71 |
| 12 meses | 2,84 | 4,03 | 4,18 | 4,53 | 4,73 | 4,74 |
| Novas Operações de Crédito | | | | | | |
| Sociedades Não Financeiras (2) | 3,93 | 5,03 | 5,06 | 5,12 | 5,36 | 5,72 |
| Particulares – Habitação | 3,50 | 4,40 | 4,49 | 4,70 | 5,06 | 5,18 |
| Depósitos a Prazo e de Poupança (3) | | | | | | |
| Sociedades Não Financeiras | 2,46 | 3,66 | 3,72 | 4,06 | 4,28 | 4,75 |
| Particulares | 1,93 | 2,43 | 2,55 | 2,72 | 2,97 | 3,23 |

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro/2008.

(1) Taxas relativas ao último dia do mês.

(2) Operações acima de 1 milhão de euros.

(3) Depósitos com prazo acordado até 2 anos.

Evolução Cambial

Em 2007, a taxa de câmbio do euro face ao dólar registou um valor médio em Dezembro de 1,457 USD, ou seja, uma valorização de 10,3% contra 11,4% no ano anterior. O valor máximo daquela taxa de câmbio foi de 1,487 USD em Novembro.

Face à libra esterlina o euro obteve uma valorização de 7,1%, invertendo a tendência dos anos anteriores, enquanto face ao iene japonês, a valorização foi de 5,6%, inferior, porém, à do ano anterior (10,1%).

2. MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas registaram, também, dois momentos distintos ao longo de 2007. O primeiro, num quadro marcado por um acentuado crescimento económico das principais economias mundiais e pela crescente diversificação dos activos estrangeiros detidos pelos Bancos Centrais de muitas economias emergentes, determinou significativos aumentos nas taxas de rendimento de obrigações (*yields*) a 10 anos, que atingiram os valores mais elevados face aos doze meses anteriores. No segundo momento, o mercado obrigacionista apresentou um período de alguma volatilidade, em resultado da incerteza relativamente aos activos de risco, à redução das taxas directoras nos EUA e ao menor receio da inflação. As taxas de rendibilidade americanas das obrigações a 10 anos encerraram o ano nos 4,03%, 65 p.b. abaixo do seu valor no início do ano, enquanto na área do Euro, as descidas nas *yields* no segundo semestre, foram menos pronunciadas, o que proporcionou um aumento médio de rendibilidade de cerca de 43 p.b., no ano.

Taxas de Juros das Obrigações a 10 anos

| | 2006 | 2007 |
|-------------|-------|-------|
| EUA | 4,68% | 4,03% |
| Reino Unido | 4,74% | 4,57% |
| Japão | 1,69% | 1,51% |
| França | 3,96% | 4,42% |
| Alemanha | 3,93% | 4,32% |
| Espanha | 3,98% | 4,40% |
| Portugal | 4,06% | 4,44% |

Valores no final do ano.

Em Portugal, as taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa a 10 anos subiram de 4,10% para 4,52%, no final do ano, com um valor máximo (média mensal) de 4,74% em Junho.

Mercado Accionista

Os mercados accionistas prosseguiram a sua tendência de subida, atingindo os principais índices bolsistas no mês de Julho, os níveis mais elevados desde 2001, impulsionados pela robustez do crescimento das economias, especialmente da europeia, pelos bons resultados das empresas cotadas, apesar da sua volatilidade, e pelo número anunciado de fusões e aquisição, com destaque para o sector financeiro. Na segunda metade do ano, esta tendência de valorização foi interrompida, assistindo-se a um reajustamento das carteiras, com fortes quedas nos mercados, gerando um aumento da aversão ao risco por parte dos investidores. Esta evolução ocorreu na sequência da mencionada crise do crédito subprime nos EUA, da divulgação de perdas avultadas em instituições financeiras americanas, com

grande exposição àquele tipo de activos e dos receios de contágio ao resto da economia, em paralelo com a evolução desfavorável do preço do petróleo.

Neste contexto, os investidores refugiaram-se em títulos garantidos por entidades governamentais que, por sua vez, provocaram descidas abruptas nos yields da dívida pública e o alargamento dos spreads no mercado do crédito. Também a falta de informação sobre a verdadeira exposição dos bancos a esta crise criou um clima de desconfiança e de escassez de liquidez que quase paralisou os mercados monetários interbancários, elevando substancialmente as taxas de juro.

Apesar das quedas verificadas, da degradação dos indicadores económicos e da contínua subida dos preços do petróleo e da inflação, grande parte dos mercados accionistas apresentaram, ainda assim, valorizações positivas, em termos anuais:

Principais Índices Bolsistas

| | 2006 | | 2007 | |
|-------------------------|--------|--------------|--------|--------------|
| | Índice | Variação (%) | Índice | Variação (%) |
| Dow Jones (Nova Iorque) | 12 463 | +16,2 | 13 281 | +6,6% |
| Nasdaq (Nova Iorque) | 2 415 | +9,6 | 2 651 | +9,8% |
| FTSE (Londres) | 6 221 | +10,7 | 6 457 | +3,8% |
| NIKKEI (Tóquio) | 17 225 | +6,9 | 15 308 | -11,1% |
| CAC (Paris) | 5 542 | +17,5 | 5 614 | 1,3% |
| DAX (Frankfurt) | 6 597 | +22,0 | 8 067 | 22,3% |
| IBEX (Madrid) | 14 147 | +31,8 | 15 182 | 7,3% |
| PSI-20 (Lisboa) | 11 198 | +29,9 | 13 019 | 16,3% |

Em Portugal, o mercado accionista obteve um crescimento de 16,3%, contra 29% em 2006, tendo sido apenas superado na Europa pelo mercado alemão. À semelhança dos mercados internacionais o desempenho foi, no entanto, diferente ao longo do ano, com o crescimento do índice PSI-20 a alcançar 19,5% no 1º semestre e -2,7% no 2º semestre.

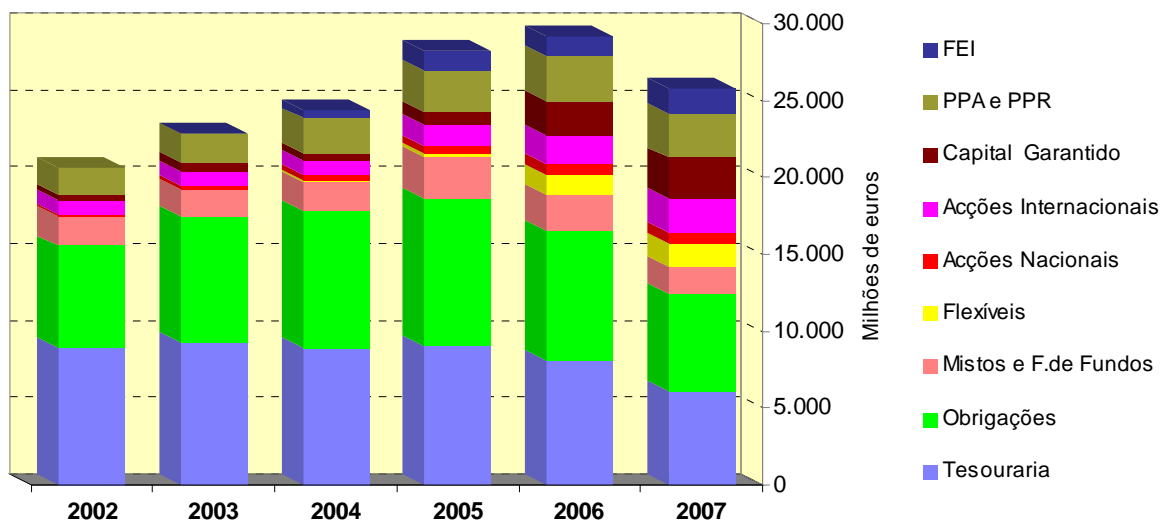
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL

O mercado de fundos de investimento mobiliário (FIM) português registou ao longo de 2007 dois períodos distintos. No primeiro semestre, o volume de fundos sob gestão aumentou mais de 3%, em linha com a tendência verificada nos cinco anos anteriores. Enquanto que no segundo semestre se verificou uma diminuição acentuada dos montantes geridos, em consequência da crise internacional do subprime, que teve início em meados de Julho.

No final do ano, o valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas situava-se em 25.763 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a uma diminuição de 11,6% face aos valores do início do ano.

Este comportamento no mercado não foi homogéneo em todas as categorias de fundos mobiliários. Os Fundos de Obrigações e de Tesouraria – que representam mais de 50% do mercado de Fundos português – foram os mais afectados pela volatilidade que atingiu o mercado obrigacionista e diminuíram 4107 M€ (25%) face ao ano anterior. Todos os outros fundos registaram taxas de variação positivas, com especial destaque para os Fundos Especiais de Investimento e de Capital Garantido, que aumentaram 322 M€ e 431 M€, respectivamente.

Mercado de Fundos Mobiliários Portugêses



Fonte: APFIPP

Ao longo do ano foram constituídos 38 novos fundos - principalmente Fundos Especiais de Investimento (FEI) - e liquidados apenas 11 fundos - maioritariamente Fundos de Fundos - o que elevou para 290, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

O mercado de fundos de investimento mobiliário continua maioritariamente a ser gerido por um número reduzido de sociedades gestoras, no final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos mobiliários portuguesas concentravam 87% do mercado.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade como Fundo Especial de Investimento Aberto em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações a longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”

Estratégia de Investimento

Durante 2007, o fundo privilegiou o investimento em fundos de energias renováveis no segmento de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direccionais, com o objectivo de extrair valor de uma gestão mais activa nos diferentes tipos de activos: energias renováveis, qualidade do ambiente e licenças de carbono. Desta forma, a exposição a fundos de acções de energias renováveis foi sendo reduzida ao longo do ano, tendo sido substituída pelo investimento em fundos de hedge funds e por private equity funds a actuarem neste segmento. Dentro do universo de energias renováveis, o fundo tem a sua maior alocação em 2007 em energia eólica.

Os mercados de acções de energias renováveis encerraram o ano com uma performance extremamente positiva, com o índice de referência Wilderhill New Energy a registar uma valorização, em dólares, de 57.9%, devido às fortes valorizações dos sectores de energia solar e eólica.

A crescente atenção que os diversos governos e entidades privadas têm dado ao sector das energias renováveis levou a um forte aumento do volume de negócios de private equity neste espaço. Esta tendência deverá continuar ao longo dos próximos anos.

No sector de licenças de carbono, o mercado permanece bastante pequeno. As oportunidades investimento têm sido pontuais e com um maior enfoque na Europa. A crescente preocupação de países como os EUA neste tipo de activos permitirá um maior desenvolvimento e crescimento deste mercado.

Também no segmento de retorno absoluto começam agora a surgir novas oportunidades de investimento. A forte valorização de activos ligados a energias renováveis e a crescente procura dos investidores por este tipo de activos tem impulsionado o aparecimento de mais produtos nesta área.

O tema de energias renováveis, e as oportunidades de investimento que lhe estão associados, encontra-se ainda numa fase embrionária, mas as perspectivas de crescimento futuro são extremamente elevadas para a generalidade dos segmentos.

Em meados de 2007, os mercados financeiros registaram um forte aumento da volatilidade na sequência dos receios de colapso do mercado de crédito hipotecário subprime nos Estados Unidos. Estes receios rapidamente se transformaram numa crise de liquidez que veio afectar todo o sistema financeiro, tendo levado à intervenção dos bancos centrais com injeções maciças de liquidez.

Neste ambiente de forte instabilidade e de fraca liquidez, verificou-se que a maior parte das ofertas de compra fornecidas pelos contribuidores, até aí utilizados pela Caixagest para valorização das obrigações não cotadas integrantes dos fundos de investimento, perdessem aderência à realidade,

deixando de constituir uma fonte credível de preços executáveis. Os preços apresentados constituíam uma mera indicação não vinculativa.

Foi necessário encontrar contribuidores que constituíssem uma alternativa para o fornecimento de ofertas de preços executáveis. Optou-se pela selecção de 22 contribuidores que habitualmente fornecem os preços executáveis ao sistema electrónico da Bloomberg: Calyon–Crédit Agricole, Morgan Stanley, UBS, Merrill Lynch, HVB-Hypovereinsbank, Royal Bank of Scotland, ING, DZ Bank, Deustch Bank, JPMorgan, Barclays, Societe General, BNP, Fortis, Citigroup, Credit Suisse, Goldman Sachs, HSBC, Lehman Brothers. Deste universo foi escolhido o preço correspondente à melhor oferta entre o conjunto das ofertas de preços executáveis.

Avaliação do desempenho

No ano de 2007, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 51.407.498 €, distribuídos por 8.657.650 unidades de participação. Em 2007, o Fundo registou uma rentabilidade líquida anual de 12,75% e uma volatilidade de 10,65%.

Rendibilidade e Risco Históricos

| Anos | Rendibilidade | Classe de Risco |
|------|---------------|-----------------|
| 2006 | 4,28% | 3 |
| 2007 | 12,75% | 4 |

As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

Fonte: Apfipp

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

| ACTIVO | Notas | 2007 | | | 2006 | | CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO | Notas | 2007 | 2006 |
|---|--------|--------------------------|-------------------------|------------------------|--------------------------|--------------------------|---|-------|--------------------------|--------------------------|
| | | Activo bruto | Mais-valias | Menos-valias | Activo líquido | Activo líquido | | | | |
| CARTEIRA DE TÍTULOS | | | | | | | CAPITAL DO FUNDO | | | |
| Acções | 3 | 1,272,000 | 84,000 | - | 1,356,000 | - | Unidades de participação | 1 | 43,288,250 | 32,715,480 |
| Unidades de participação | 3 | 33,473,749 | 2,471,984 | (94,682) | 35,851,051 | 34,460,742 | Variações patrimoniais | 1 | 2,499,986 | 595,267 |
| Outros instrumentos de dívida | 3 | 2,019,631 | 441 | - | 2,020,072 | - | Resultados transitados | 1 | 1,462,461 | 16,862 |
| | | <u>36,765,380</u> | <u>2,556,425</u> | <u>(94,682)</u> | <u>39,227,123</u> | <u>34,460,742</u> | Resultado líquido do exercício | 1 | 4,156,801 | 1,445,598 |
| | | | | | | | | | <u>51,407,498</u> | <u>34,773,207</u> |
| DISPONIBILIDADES | | | | | | | TERCEIROS | | | |
| Depósitos à ordem | 3 | 2,910,422 | - | - | 2,910,422 | 5,761,048 | Comissões a pagar | 5 | 60,409 | 27,245 |
| Depósitos a prazo e com pré-aviso | 3 | 9,500,000 | - | - | 9,500,000 | - | Outras contas de credores | 17 | 776,144 | 5,543,689 |
| | | <u>12,410,422</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>12,410,422</u> | <u>5,761,048</u> | | | <u>836,553</u> | <u>5,570,934</u> |
| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | | | | |
| Acréscimos de proveitos | 5 | 115,504 | - | - | 115,504 | - | | | | |
| Outros acréscimos e diferimentos | 5 e 11 | 491,002 | - | - | 491,002 | 122,351 | | | | |
| | | <u>606,506</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>606,506</u> | <u>122,351</u> | | | | |
| Total do Activo | | <u><u>49,782,308</u></u> | <u><u>2,556,425</u></u> | <u><u>(94,682)</u></u> | <u><u>52,244,051</u></u> | <u><u>40,344,141</u></u> | Total do Capital do Fundo e do Passivo | | <u><u>52,244,051</u></u> | <u><u>40,344,141</u></u> |
| Número total de unidades de participação em circulação | 1 | | | | 8,657,650 | 6,543,096 | Valor unitário da unidade de participação | 1 | 5.9378 | 5.3145 |

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

| | <u>Nota</u> | <u>2007</u> | <u>2006</u> | | <u>Nota</u> | <u>2007</u> | <u>2006</u> |
|-----------------------------|-------------|------------------|-------------|-----------------------------|-------------|------------------|-------------|
| Operações cambiais | | | | Operações cambiais | | | |
| A prazo (Forwards cambiais) | 11 | 8,878,945 | - | A prazo (Forwards cambiais) | 11 | 8,540,122 | - |
| Total dos Direitos | | <u>8,878,945</u> | <u>-</u> | Total das Responsabilidades | | <u>8,540,122</u> | <u>-</u> |

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

| CUSTOS | Notas | 2007 | 2006 | PROVEITOS | Nota | 2007 | 2006 |
|---|--------|-------------------|------------------|---|------|-------------------|------------------|
| CUSTOS E PERDAS CORRENTES | | | | PROVEITOS E GANHOS CORRENTES | | | |
| Juros e custos equiparados: | | | | Juros e proveitos equiparados: | | | |
| Da carteira de títulos | 5 | 395,618 | - | Da carteira de títulos | 5 | 628,003 | - |
| Comissões: | | | | Outros, de operações correntes | 5 | 144,099 | 43,755 |
| Da carteira de títulos | 5 | 18 | 13,209 | Rendimento de títulos | 5 | 387,539 | 262,137 |
| Outras, de operações correntes | 5 e 15 | 578,955 | 147,278 | Ganhos em operações financeiras: | | | |
| Perdas em operações financeiras: | | | | Na carteira de títulos | 5 | 10,306,639 | 3,080,500 |
| Na carteira de títulos | 5 | 5,608,272 | 1,634,061 | Em operações extrapatrimoniais | 5 | 351,964 | - |
| Em operações extrapatrimoniais | 5 | 147,952 | 43,808 | | | <u>11,818,244</u> | <u>3,386,392</u> |
| Impostos sobre o rendimento | 9 | 941,467 | 99,380 | PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS | | | |
| Outros custos e perdas correntes | 15 | 2,943 | 2,962 | Ganhos imputáveis a exercícios anteriores | | 16,603 | 182 |
| | | <u>7,675,225</u> | <u>1,940,698</u> | | | | |
| CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS | | | | | | | |
| Perdas extraordinárias | | - | 278 | | | | |
| Perdas imputáveis a exercícios anteriores | | 2,821 | - | | | | |
| | | <u>2,821</u> | <u>278</u> | | | | |
| Resultado líquido do exercício | | 4,156,801 | 1,445,598 | | | | |
| | | <u>11,834,847</u> | <u>3,386,574</u> | | | <u>11,834,847</u> | <u>3,386,574</u> |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

| | <u>2007</u> | <u>2006</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| <u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u> | | |
| Recebimentos: | | |
| Subscrições de unidades de participação | 25,385,212 | 36,828,693 |
| Pagamentos: | | |
| Resgates de unidades de participação | (12,907,723) | (10,435,763) |
| Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo | <u>12,477,489</u> | <u>26,392,930</u> |
| <u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u> | | |
| Recebimentos: | | |
| Resgates de unidades de participação | 25,118,444 | 12,633,200 |
| Venda de títulos | 17,614,101 | - |
| Rendimento de títulos | 309,295 | 98,706 |
| Juros e proveitos similares recebidos | 551,906 | - |
| Pagamentos: | | |
| Compras de títulos | (20,869,174) | (4,132,281) |
| Subscrição de unidades de participação | (27,449,100) | (34,925,653) |
| Juros e custos similares pagos | (494,522) | - |
| Taxas de corretagem | - | (13,012) |
| Outras taxas e comissões | (18) | (91) |
| Fluxo das operações da carteira de títulos | <u>(5,219,068)</u> | <u>(26,339,131)</u> |
| <u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u> | | |
| Recebimentos: | | |
| Operações cambiais | 4,080,923 | 4,148,585 |
| Pagamentos: | | |
| Operações cambiais | (4,207,799) | (4,192,617) |
| Fluxo das operações a prazo e de divisas | <u>(126,876)</u> | <u>(44,032)</u> |
| <u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u> | | |
| Recebimentos: | | |
| Juros de depósitos bancários | 59,891 | 35,948 |
| Pagamentos: | | |
| Comissão de gestão | (486,396) | (67,953) |
| Comissão de depósito | (44,162) | (45,301) |
| Constituição de depósitos a prazo e com pré-aviso | (9,500,000) | - |
| Impostos e taxas | (57,031) | (6,979) |
| Outros | (3,388) | (1,041) |
| Fluxo das operações de gestão corrente | <u>(10,031,086)</u> | <u>(85,326)</u> |
| <u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u> | | |
| Pagamentos: | | |
| Outros | 48,915 | (281) |
| Fluxo das operações eventuais | <u>48,915</u> | <u>(281)</u> |
| Saldo dos fluxos monetários do período | (2,850,626) | (75,840) |
| Depósitos à ordem no início do período | 5,761,048 | 5,836,888 |
| Depósitos à ordem no fim do período | <u>2,910,422</u> | <u>5,761,048</u> |

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (adiante igualmente designado por "Fundo"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeitos do anexo às contas anuais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante os exercícios de 2006 e 2007, apresenta o seguinte detalhe:

| | Valor base | Diferença para o valor base | Resultados transitados | Resultado líquido do exercício | Total | Número total de unidades de participação em circulação | Valor unitário da unidade de participação |
|----------------------------------|--------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------------|--------------|--|---|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2005 | 6.917.380 | 437 | - | 16.862 | 6.934.679 | 1.383.476 | 5,0125 |
| Subscrições | 36.159.690 | 669.003 | - | - | 36.828.693 | 7.231.938 | 5,0925 |
| Resgates | (10.361.590) | (74.173) | - | - | (10.435.763) | (2.072.318) | 5,0358 |
| Transferências | - | - | 16.862 | (16.862) | - | - | - |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | 1.445.598 | 1.445.598 | - | - |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2006 | 32.715.480 | 595.267 | 16.862 | 1.445.598 | 34.773.207 | 6.543.096 | 5,3145 |
| Subscrições | 21.532.370 | 3.852.842 | - | - | 25.385.212 | 4.306.474 | 5,8947 |
| Resgates | (10.959.600) | (1.948.123) | - | - | (12.907.723) | (2.191.920) | 5,8888 |
| Transferências | - | - | 1.445.598 | (1.445.598) | - | - | - |
| Outros | - | - | 1 | - | 1 | - | - |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | 4.156.801 | 4.156.801 | - | - |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2007 | 43.288.250 | 2.499.986 | 1.462.461 | 4.156.801 | 51.407.498 | 8.657.650 | 5,9378 |

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre entre o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2007, foi o seguinte:

| Ano | Meses | Valor líquido global do Fundo | Valor da unidade de participação | Número de unidades de participação em circulação |
|------|----------|-------------------------------|----------------------------------|--|
| 2007 | Março | 36.722.573 | 5,5612 | 6.603.345 |
| | Junho | 41.108.033 | 5,8978 | 6.970.107 |
| | Setembro | 49.972.919 | 5,8168 | 8.591.154 |
| | Dezembro | 51.407.498 | 5,9378 | 8.657.650 |
| 2006 | Março | 12.811.332 | 5,1975 | 2.464.913 |
| | Junho | 25.250.090 | 4,9350 | 5.116.523 |
| | Setembro | 25.713.249 | 4,9619 | 5.182.150 |
| | Dezembro | 34.773.207 | 5,3145 | 6.543.096 |
| 2005 | Dezembro | 6.934.679 | 5,0125 | 1.383.476 |

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de participantes em função do Valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

| | <u>2007</u> | <u>2006</u> |
|------------------------|-------------|-------------|
| Entre 10% e 25% | - | 1 |
| Entre 2% e 5% | 1 | - |
| Entre 0,5% e 2% | 2 | 5 |
| Até 0,5% | 2.692 | 1.350 |
| | ----- | ----- |
| Total de participantes | 2.695 | 1.356 |
| | ===== | ===== |

2. VOLUME DE TRANSAÇÕES

O volume de transações durante os exercícios de 2007 e 2006, foi o seguinte:

| | <u>2007</u> | | | | | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>Compras</u> | | <u>Vendas</u> | | <u>Total</u> | |
| | <u>Bolsa</u> | <u>Fora Bolsa</u> | <u>Bolsa</u> | <u>Fora Bolsa</u> | <u>Bolsa</u> | <u>Fora Bolsa</u> |
| Títulos da dívida pública | 7.960.200 | - | 7.988.880 | - | 15.949.080 | - |
| Acções | 1.272.000 | - | - | - | 1.272.000 | - |
| Unidades de participação | - | 21.949.131 | - | 25.118.444 | - | 47.067.575 |
| Bilhetes de tesouro | 11.636.974 | - | 9.625.221 | - | 21.262.195 | - |
| | <u>20.869.174</u> | <u>21.949.131</u> | <u>17.614.101</u> | <u>25.118.444</u> | <u>38.483.275</u> | <u>47.067.575</u> |

| | <u>2006</u> | | | | | |
|--------------------------|------------------|-------------------|---------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | <u>Compras</u> | | <u>Vendas</u> | | <u>Total</u> | |
| | <u>Bolsa</u> | <u>Fora Bolsa</u> | <u>Bolsa</u> | <u>Fora Bolsa</u> | <u>Bolsa</u> | <u>Fora Bolsa</u> |
| Unidades de participação | <u>4.132.281</u> | <u>40.425.622</u> | <u>-</u> | <u>12.633.200</u> | <u>4.132.281</u> | <u>53.058.822</u> |

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, os pedidos de subscrição e resgate recebidos durante o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do mês subsequente ao do pedido. Os pedidos de subscrição e resgate recebidos após o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do 2º mês subsequente ao do pedido. O pedido de subscrição/resgate é, portanto, efectuado a preço desconhecido, podendo o subscritor ter de aguardar um a dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual será efectuada a subscrição/resgate.

O período de subscrição e de resgate mensal decorre até às 16 horas e 30 minutos de Lisboa, do dia 22 de cada mês.

No resgate de unidades de participação é cobrada ao participante uma comissão variável em função do prazo de detenção das unidades de participação, de acordo com as seguintes regras:

- i) 1,5% até 365 dias; e
- ii) 0% para prazos iguais ou superiores a 365 dias.

Não é cobrada comissão de resgate quando o participante for uma entidade que se encontre em relação de domínio ou de grupo, ou ligado no âmbito de uma gestão comum ou por participação de capital, bem como sobre fundos geridos pela sociedade gestora e por entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo. Adicionalmente, não são cobradas comissões de subscrição.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate. Esta comissão não constitui proveito do Fundo.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios de 2007 e 2006, o valor dos resgates e o valor das comissões de resgate cobradas aos participantes foi o seguinte:

| | Valor | | Comissões cobradas | |
|----------|------------|------------|--------------------|-------|
| | 2007 | 2006 | 2007 | 2006 |
| Resgates | 12.907.723 | 10.435.763 | 4.557 | 6.602 |

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

| | 2007 | | | | | |
|--|--------------------|-------------|--------------|------------------|--------------|------------------|
| | Custo de aquisição | Mais-valias | Menos-valias | Valor de mercado | Juro Corrido | Valor de Balanço |
| Valores Mobiliários Cotados: | | | | | | |
| Mercado de Bolsa de Estados Membros EU | | | | | | |
| Acções | | | | | | |
| - IBERDROLA RENOVABLES | 1.272.000 | 84.000 | - | 1.356.000 | - | 1.356.000 |
| Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE | | | | | | |
| - MLIIF-NEW ENERGY A2 | 6.997.126 | 386.326 | - | 7.383.452 | - | 7.383.452 |
| - ALLIANZ DIT GLB ECTR | 4.162.959 | 604.107 | - | 4.767.066 | - | 4.767.066 |
| - NOVEENERGIA II 2010 | 4.500.000 | 108.049 | - | 4.608.049 | - | 4.608.049 |
| - PF - WATER I | 1.961.500 | 276.642 | - | 2.238.142 | - | 2.238.142 |
| - EUROPEAN CARBON FUND | 1.000.000 | 574.033 | - | 1.574.033 | - | 1.574.033 |
| | 18.621.585 | 1.949.157 | - | 20.570.742 | - | 20.570.742 |
| Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Não Membro UE | | | | | | |
| - BABCOCK & BROWN WIND | 4.116.005 | 318.994 | - | 4.434.999 | - | 4.434.999 |
| - RMF DELTA ENVIRONMEN | 3.736.159 | - | (94.682) | 3.641.477 | - | 3.641.477 |
| | 7.852.164 | 318.994 | (94.682) | 8.076.476 | - | 8.076.476 |
| Outros valores: | | | | | | |
| Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados | | | | | | |
| - FIQ-ENE.RENOV.CX CAP | 4.500.000 | 133.040 | - | 4.633.040 | - | 4.633.040 |
| - LUSO CARBON FUND | 2.500.000 | 70.793 | - | 2.570.793 | - | 2.570.793 |
| | 7.000.000 | 203.833 | - | 7.203.833 | - | 7.203.833 |
| Outros instrumentos de dívida | | | | | | |
| Bilhetes de Tesouro | | | | | | |
| - BT 18JAN2008 | 2.019.631 | 441 | - | 2.020.072 | 60.878 | 2.080.950 |
| | 36.765.380 | 2.556.425 | (94.682) | 39.227.123 | 60.878 | 39.288.001 |

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

| | 2006 | | | Valor de mercado |
|--|--------------------|------------------|-----------------|-------------------|
| | Custo de aquisição | Mais-valias | Menos-valias | |
| Valores Mobiliários Cotados: | | | | |
| Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados em Portugal | | | | |
| - CXGEST MOEDA | 604.239 | 8.476 | - | 612.715 |
| Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE | | | | |
| - BABCOCK & BROWN WIND | 4.132.281 | 372.639 | - | 4.504.920 |
| Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE | | | | |
| - MLIIF-NEW ENERGY A2 | 11.520.059 | 222.706 | - | 11.742.765 |
| - PF - WATER I | 8.936.191 | 553.910 | - | 9.490.101 |
| - EUROPEAN CARBON FUND | 1.000.000 | - | (12.867) | 987.133 |
| | <u>21.456.250</u> | <u>776.616</u> | <u>(12.867)</u> | <u>22.219.999</u> |
| Outros valores: | | | | |
| Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados | | | | |
| - FIQ-ENE.RENOV.CX CAP | 4.500.000 | 123.108 | - | 4.623.108 |
| - LUSO CARBON FUND | 2.500.000 | - | - | 2.500.000 |
| | <u>7.000.000</u> | <u>123.108</u> | <u>-</u> | <u>7.123.108</u> |
| | <u>33.192.770</u> | <u>1.280.839</u> | <u>(12.867)</u> | <u>34.460.742</u> |

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante os exercícios de 2006 e 2007, foi o seguinte:

| | Depósitos à ordem | Depósitos a prazo e com pré-aviso | Total |
|----------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2005 | 5.836.888 | - | 5.836.888 |
| . Aumentos | - | - | - |
| . Reduções | (75.840) | - | (75.840) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2006 | 5.761.048 | - | 5.761.048 |
| . Aumentos | - | 9.500.000 | 9.500.000 |
| . Reduções | (2.850.626) | - | (2.850.626) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2007 | <u>2.910.422</u> | <u>9.500.000</u> | <u>12.410.422</u> |

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os depósitos à ordem (todos denominados em Euros) encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros às taxas anuais brutas de 4,69% e 3,42%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros à taxa anual bruta de 4,95% e são reembolsados no dia 9 de Janeiro de 2008.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no exercício em que são recebidos ou quando a sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo, excluído do valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela sociedade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo (taxa fixa anual de 0,90% para a comissão de gestão e de 0,60% para a comissão de depositário em 31 de Dezembro de 2006).

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões - Outras, de operações correntes".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta taxa ascedia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no exercício em que ocorrem.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base nas taxas de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de "Ganhos ou Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais", por contrapartida da rubrica de "Acréscimos e diferimentos", do activo ou do passivo.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

| | | 2007 | | | | | | | |
|-------------------------------|--|------------------------------|-----------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| | | Ganhos de Capital | | | Juros | | | Rendimento | |
| | | Mais valias potenciais | Mais valias efectivas | Total | Vencidos | Decorridos | Total | de títulos | Total |
| Operações à vista: | | | | | | | | | |
| Títulos de dívida pública | | 25.400 | 28.680 | 54.080 | 198.301 | - | 198.301 | - | 252.381 |
| Acções | | 84.000 | - | 84.000 | - | - | - | - | 84.000 |
| Unidades de participação | | 6.687.148 | 3.466.568 | 10.153.716 | - | - | - | 387.539 | 10.541.255 |
| Outros instrumentos de dívida | | 6.965 | 7.878 | 14.843 | 368.824 | 60.878 | 429.702 | - | 444.545 |
| Depósitos | | - | - | - | 82.833 | 61.266 | 144.099 | - | 144.099 |
| Operações a prazo | | | | | | | | | |
| Operações cambiais | | - | 351.964 | 351.964 | - | - | - | - | 351.964 |
| | | <u>6.803.513</u> | <u>3.855.090</u> | <u>10.658.603</u> | <u>649.958</u> | <u>122.144</u> | <u>772.102</u> | <u>387.539</u> | <u>11.818.244</u> |
| | | 2006 | | | | | | | |
| | | Ganhos de Capital | | | Juros | | | Rendimento | |
| | | Mais valias potenciais | Mais valias efectivas | Total | Vencidos | Decorridos | Total | de títulos | Total |
| Operações à vista: | | | | | | | | | |
| Unidades de participação | | 2.875.750 | 204.750 | 3.080.500 | - | - | - | 262.137 | 3.342.637 |
| Depósitos | | - | - | - | 35.989 | 7.766 | 43.755 | - | 43.755 |
| | | <u>2.875.750</u> | <u>204.750</u> | <u>3.080.500</u> | <u>35.989</u> | <u>7.766</u> | <u>43.755</u> | <u>262.137</u> | <u>3.386.392</u> |

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Rendimento de títulos" corresponde aos rendimentos distribuídos pelos seguintes fundos de investimento:

| | <u>2007</u> | <u>2006</u> |
|----------------------|----------------|----------------|
| BABCOCK & BROWN WIND | 355.432 | 242.900 |
| MLIIF-NEW ENERGY A2 | 32.107 | 19.237 |
| | ----- | ----- |
| | <u>387.539</u> | <u>262.137</u> |
| | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo da rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui os rendimentos divulgados e ainda não distribuídos pela sociedade gestora do fundo de investimento imobiliário "Babcock & Brown Wind" nos montantes de 132.398 Euros e 114.585 Euros, respectivamente.

CUSTOS

| | 2007 | | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------|------------------|---------------------|----------------|---------------|------------------|-------|
| | Perdas de Capital | | | Juros decorridos | Comissões | | | Total |
| | Menos valias potenciais | Menos valias efectivas | Total | | Vencidas | Decorridas | Total | |
| Operações à vista: | | | | | | | | |
| Títulos de dívida pública | 25.400 | - | 25.400 | 117.173 | - | - | 142.573 | |
| Unidades de participação | 5.576.349 | - | 5.576.349 | - | - | - | 5.576.349 | |
| Outros instrumentos de dívida | 6.523 | - | 6.523 | 278.445 | - | - | 284.968 | |
| Operações cambiais | - | 147.952 | 147.952 | - | - | - | 147.952 | |
| Comissão: | | | | | | | | |
| De gestão | - | - | - | 470.572 | 54.958 | 525.530 | 525.530 | |
| De depósito | - | - | - | 33.612 | 3.926 | 37.538 | 37.538 | |
| Taxa de supervisão | - | - | - | 14.362 | 1.525 | 15.887 | 15.887 | |
| Carteira de títulos | - | - | - | 18 | - | 18 | 18 | |
| | <u>5.608.272</u> | <u>147.952</u> | <u>5.756.224</u> | <u>395.618</u> | <u>518.564</u> | <u>60.409</u> | <u>6.730.815</u> | |

| | 2006 | | | | | | |
|--------------------------|-------------------------------|------------------------------|------------------|----------------|---------------|----------------|------------------|
| | Perdas de Capital | | | Comissões | | | Total |
| | Menos valias potenciais | Menos valias efectivas | Total | Vencidas | Decorridas | Total | |
| Operações à vista: | | | | | | | |
| Unidades de participação | 1.606.691 | 27.370 | 1.634.061 | - | - | - | 1.634.061 |
| Operações cambiais | - | 43.808 | 43.808 | - | - | - | 43.808 |
| Comissão: | | | | | | | |
| De gestão | - | - | - | 67.953 | 15.824 | 83.777 | 83.777 |
| De depósito | - | - | - | 45.301 | 10.550 | 55.851 | 55.851 |
| Taxa de supervisão | - | - | - | 6.779 | 871 | 7.650 | 7.650 |
| Carteira de títulos | - | - | - | 13.209 | - | 13.209 | 13.209 |
| | <u>1.606.691</u> | <u>71.178</u> | <u>1.677.869</u> | <u>133.242</u> | <u>27.245</u> | <u>160.487</u> | <u>1.838.356</u> |

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

Os ganhos realizados em operações cambiais a prazo são tributados à taxa de 20%, quando obtidos em território nacional, e à taxa de 25%, quando resultem de operações com não residentes. Os ganhos para efeitos fiscais são calculados com base na diferença entre as taxas spot e forward contratadas no início das operações.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | <u>2007</u> | <u>2006</u> |
|--|-------------|-------------|
| Imposto sobre o rendimento: | | |
| · Impostos pagos em Portugal: | | |
| - Rendimento de unidades de participação | 729.811 | 41.795 |
| - Juros de bilhetes do tesouro | 85.940 | - |
| - Juros de títulos da dívida pública | 39.660 | - |
| - Juros de depósitos à ordem | 15.165 | 8.751 |
| - Juros de depósitos a prazo | 13.657 | - |
| · Impostos pagos no estrangeiro: | | |
| - Rendimento de unidades de participação | 57.234 | 48.834 |
| | ----- | ----- |
| | 941.467 | 99.380 |
| | ===== | ===== |

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Fundo detinha os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

| Moedas | 2007 | | | | | Posição Global |
|-----------------------|------------------|--------------------|----------|--------------------|----------|------------------|
| | Posição cambial | | | | | |
| | À Vista | Forward | Futuros | Total | Opções | |
| Dólar Australiano | 7.686.847 | (8.050.000) | - | (8.050.000) | - | (363.153) |
| Dólar Norte Americano | 5.360.618 | (5.500.000) | - | (5.500.000) | - | (139.382) |
| Contravalor em Euros | <u>8.228.722</u> | <u>(8.540.122)</u> | <u>-</u> | <u>(8.540.122)</u> | <u>-</u> | <u>(311.400)</u> |

| Moedas | 2006 | | | | | Posição Global |
|----------------------|------------------|----------|----------|----------|----------|------------------|
| | Posição cambial | | | | | |
| | À Vista | Forward | Futuros | Total | Opções | |
| Dólar Australiano | 7.822.457 | - | - | - | - | 7.822.457 |
| Contravalor em Euros | <u>4.686.632</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>4.686.632</u> |

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui a reavaliação das operações cambiais a prazo no montante de 351.964 Euros.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, apresentam o seguinte detalhe:

| Custos | 2007 | |
|-------------------------------------|------------------|---------------------------------------|
| | Valor | % Valor médio líquido global do Fundo |
| Comissão de gestão: | | |
| Componente fixa | 525.530 | 1,2285% |
| Componente variável | - | - |
| Comissão de depósito | 37.538 | 0,0877% |
| Taxa de supervisão | 15.887 | 0,0371% |
| | <u>578.955</u> | |
| Outros custos | 2.943 | 0,0069% |
| Comissões e taxas indirectas | 568.726 | 1,3294% |
| Total de custos imputados ao Fundo | <u>1.150.624</u> | |
| Valor médio líquido global do Fundo | 42.779.062 | |
| Taxa global de custos (TGC) | 2,6897% | |

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

| 2006 | | |
|-------------------------------------|----------------|---------------------------------------|
| Custos | Valor | % Valor médio líquido global do Fundo |
| Comissão de gestão: | | |
| Componente fixa | 83.777 | 0,4156% |
| Componente variável | - | - |
| Comissão de depósito | 55.851 | 0,2771% |
| Taxa de supervisão | 7.650 | 0,0380% |
| | <u>147.278</u> | |
| Outros custos | 2.962 | 0,0147% |
| Comissões e taxas indirectas | 360.842 | 1,7901% |
| Total de custos imputados ao Fundo | <u>511.082</u> | |
| Valor médio líquido global do Fundo | 20.157.605 | |
| Taxa global de custos (TGC) | 2,5354% | |

17. OUTRAS CONTAS DE CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>2007</u> | <u>2006</u> |
|----------------------------------|----------------|------------------|
| Impostos a regularizar | 774.668 | 41.795 |
| Operações de bolsa a regularizar | - | 5.499.969 |
| Outros | 1.476 | 1.925 |
| | <u>776.144</u> | <u>5.543.689</u> |
| Total | ===== | ===== |

A rubrica de "Impostos a regularizar" inclui o imposto a pagar relativo a rendimentos obtidos fora do território português no decurso do exercício, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Em 31 de Dezembro de 2006, as "Operações de bolsa a regularizar" correspondem ao montante a pagar resultante da compra de unidades de participação, cuja liquidação financeira ainda não tinha ocorrido à data do balanço.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, do Fundo Especial de Investimento Aberto "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de 52.244.051 Euros e um total de capital do Fundo de 51.407.498 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.156.801 Euros, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu, para os aspectos materialmente relevantes: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com o Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representativas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050 094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 31 de Dezembro de 2007, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 494.000 Euros.

Lisboa, 28 de Março de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães